



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

7º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

PETRÓPOLIS

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

- 2022 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Acerca do poder constituinte decorrente, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Deve observar os princípios constitucionais sensíveis, extensíveis e estabelecidos.
- b) É inicial, autônomo, incondicionado e ilimitado.
- c) Deve sempre observar o princípio da simetria.
- d) A doutrina unânime não admite a existência de poder constituinte decorrente municipal.
- e) Pode alterar as regras constitucionais referentes ao processo legislativo em âmbito estadual.

2) A respeito da interpretação constitucional, analise as seguintes afirmativas:

I – O método gramatical ou literal não se aplica à interpretação constitucional.

II – As características da Constituição que a afastam das demais leis são, dentre outras, sua superioridade hierárquica, a natureza principiológica de boa parte de suas normas e a alta carga moral de alguns de seus enunciados.

III – São princípios instrumentais de interpretação constitucional: a supremacia da Constituição; a presunção de constitucionalidade das leis e atos do Poder Público; a interpretação conforme a Constituição; a unidade da Constituição; a razoabilidade ou proporcionalidade; e a efetividade.

Estão corretas:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

3) Um dos pilares do Estado Democrático de Direito é o princípio da separação de poderes, que na Constituição Federal está instituído em seu art. 2º. Acerca do tema, aponte a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Ato de constrição do patrimônio de estatal prestadora de serviço público essencial, em regime não concorrencial, afronta o princípio da separação dos poderes.
- b) Os atos administrativos que envolvem a aplicação de conceitos indeterminados não estão sujeitos ao exame e controle do Poder Judiciário.
- c) O descumprimento voluntário e intencional de decisão judicial transitada em julgado pelo Estado pode ensejar intervenção federal.
- d) Não cabe ao Poder Legislativo dos Estados a criação, estruturação e definição das atribuições dos órgãos e entidades integrantes da administração pública estadual, ainda que por meio de emenda constitucional, por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.
- e) O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a administração pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes, inserto no art. 2º da CF.

4) No ordenamento jurídico brasileiro, em regra, a decisão de inconstitucionalidade no controle concentrado e abstrato e no controle difuso e concreto produzem efeitos, respectivamente:

- a) *ex nunc e inter partes / ex nunc e erga omnes*
- b) *ex tunc e inter partes / ex tunc e erga omnes*
- c) *ex nunc e erga omnes / ex tunc e erga omnes*
- d) *ex nunc e inter partes / ex nunc e inter partes*
- e) *ex tunc e erga omnes / ex tunc e inter partes*

5) Com relação ao poder normativo exercido pelo Poder Executivo, é correto afirmar que:

- a) Não existe na doutrina brasileira o conceito de “reserva de regulamento”.

- b) Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar podem ser suspensos pelo Poder Legislativo.
- c) O Chefe do Poder Executivo pode dispor, mediante decreto, sobre a organização da Administração Pública, inclusive extinguindo órgãos públicos.
- d) É possível a criação de cargos públicos por decreto.
- e) Decretos e Resoluções não podem ser em nenhuma hipótese objeto de controle concentrado e abstrato de constitucionalidade.

6) A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro é um órgão de Advocacia Pública, função essencial à justiça, nos termos do art. 132 da Constituição Federal. Sobre a advocacia pública estadual, assinale a alternativa incorreta:

- a) É responsável pela representação judicial do Estado.
- b) Atua também preventivamente, ao exercer a atividade de consultoria jurídica.
- c) Os Procuradores do Estado possuem independência funcional.
- d) A Procuradoria Geral do Estado é um órgão do Poder Executivo Estadual.
- e) O Procurador-Geral do Estado, no Rio de Janeiro, integra o Secretariado Estadual.

7) A PGE/RJ lida diuturnamente com ações propostas por servidores públicos. Julgue as seguintes afirmativas, de acordo com o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

I – Não existe direito adquirido a regime jurídico.

II – As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção e chefia.

III – É possível ao servidor público obter judicialmente o direito à equiparação de vencimentos, caso comprove exercer a mesma atividade de outro servidor cujos vencimentos sejam maiores.

IV – É constitucional a criação de verba remuneratória pela via do decreto.

V – É possível aos servidores militares profissionais de saúde ocupar mais um cargo ou emprego privativo de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

- a) V – F – V – F – V
- b) F – F – V – V – V
- c) F – V – F – V – F
- d) V – V – F – V – F
- e) V – F – F – F – V

8) Aponte a alternativa incorreta a respeito do instituto da Súmula Vinculante:

- a) O procedimento para a sua aprovação pode se iniciar de ofício ou por provocação.
- b) Do ato contrário à súmula vinculante cabe reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Para a sua aprovação, é necessário o voto de 2/3 dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) O Poder Legislativo está a ela vinculado em sua atividade legiferante.
- e) Um dos pressupostos do texto da Constituição para a sua aprovação é a existência de reiteradas decisões sobre matéria constitucional.

9) NÃO é hipótese constitucional de perda ou suspensão dos direitos políticos:

- a) A condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- b) O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- c) A incapacidade civil relativa.
- d) A recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII.
- e) A improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

10) São características do mandado de segurança:

- a) Para a sua impetração é necessário o recolhimento de custas e ao final são devidos honorários sucumbenciais.
- b) Depende de prova pré-constituída e não pode ser utilizado como ação de cobrança.
- c) Pode ser manejado contra lei ou ato normativo em tese e visa a proteger direito líquido e certo.
- d) Pode ter natureza coletiva e não pode ser impetrado preventivamente.
- e) N.D.A.

DIREITO CIVIL

11) Um dos marcos do Código Civil de 2002 foi a grande reforma do Direito Empresarial, com a adoção, segundo parcela dominante da doutrina, da Teoria da Empresa. Sobre o empresário e a sociedade empresária, assinale a alternativa correta:

- a) É obrigatória a inscrição de todos os empresários, inclusive o rural, no Registro Público de Empresas Mercantis de sua sede, antes do início de sua atividade.
- b) O empresário casado pode, desde que casado no regime de comunhão parcial de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real sem necessidade de outorga conjugal.
- c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- d) As sociedades podem ser classificadas como empresárias ou simples, a depender do seu objeto. Assim, sociedades por ações que possuam finalidades altruísticas ou sociais não serão consideradas empresárias.
- e) A sociedade adquire personalidade jurídica com a assinatura, na forma da lei, dos seus atos constitutivos pelos seus fundadores.

12) Sobre a regulamentação das pessoas jurídicas feita pelo Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A pretensão de anular as decisões tomadas pelos administradores das pessoas jurídicas prescreve em 5 (cinco) anos.
- b) Embora tenham sua existência reconhecida em lei, as organizações religiosas e partidos políticos, por não possuírem caráter empresarial e finalidade lucrativa, não são consideradas pessoas jurídicas de direito privado.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a assinatura de seus atos constitutivos pelos seus fundadores.
- d) Em razão de sua autonomia constitucionalmente garantida, o Ministério Público e a Defensoria Pública possuem personalidade jurídica própria.
- e) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

13) Observe as assertivas a seguir a respeito da desconsideração da personalidade jurídica tratada pelo Código Civil:

I – De acordo com a teoria adotada pelo Código Civil, o abuso da personalidade jurídica ocorre apenas com o desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial

II – O Código Civil adota a Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica

III – A mera existência de grupo econômico não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica sem a presença de desvio de finalidade ou confusão patrimonial

IV – Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica

V – A declaração de desconsideração da personalidade jurídica torna os sócios e administradores solidariamente responsáveis por todas as obrigações da sociedade.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.

- c) I, III, IV e V.
- d) II, III e V.
- e) II, IV e V.

14) Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) Desde que preenchidos os requisitos previstos em lei, os bens públicos móveis podem estar sujeitos a usucapião.
- c) Diante de seu caráter indisponível, a jurisprudência não admite a possibilidade de disputa possessória entre particulares sobre bens públicos.
- d) Ante a sua importância, a lei veda peremptoriamente a alienação de bens públicos dominicais.
- e) O uso comum dos bens públicos será sempre gratuito, exceto quando disposto de forma diversa em lei federal.

15) No que concerne à interpretação dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- b) A validade da declaração de vontade em regra dependerá de forma especial.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que a intenção nela consubstanciada.
- d) As regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos são aquelas previstas em lei, sendo defeso às partes pactuarem sobre tais regras.
- e) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.

16) No que tange aos elementos acidentais dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) São elementos acidentais apenas a condição e o termo.
- b) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.
- c) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é defeso praticar os atos destinados a conservá-lo
- d) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- e) O termo inicial suspende a aquisição do direito.

17) João, interessado em comprar um relógio de alto padrão, foi convencido pelo vendedor a comprar um relógio que dizia ser de ouro puro, sendo que, tempos depois, João descobre que o mesmo era falso e apenas folheado a ouro. André comprou relógio na mesma loja sabendo que o mesmo era apenas folheado a ouro, mas tempos depois se frustra ao descobrir que o mesmo não funciona adequadamente diante de vício oculto. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Ambos os casos são exemplos de defeito de negócio jurídico denominado lesão, que ocasiona a anulabilidade do negócio jurídico.
- b) Ambos os casos são exemplos de defeitos de negócio jurídico denominado dolo, que ocasiona a nulidade absoluta do negócio jurídico.
- c) O caso de João se trata de defeito do negócio jurídico denominado dolo, o que ocasiona a anulabilidade do negócio jurídico. Já o caso de André se trata de vício redibitório, que gera direito à indenização ou resolução do negócio jurídico, a depender das circunstâncias do caso concreto.
- d) O caso de João retrata hipótese de vício redibitório, que ocasiona a anulabilidade do negócio jurídico. Já o caso de André retrata hipótese de evicção, que ocasiona a nulidade absoluta do negócio jurídico.
- e) André não terá qualquer pretensão em face do vendedor, já que sabia que o relógio que comprou era apenas folheado a ouro.

18) Sobre o tratamento da prescrição e decadência no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Tanto a prescrição quanto a decadência são formas diferentes de perda da pretensão.
- b) A prescrição lida com a perda da pretensão, enquanto a decadência diz respeito à perda do próprio direito.
- c) As partes podem livremente pactuar sobre os prazos de prescrição e decadência.
- d) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- e) A exceção prescreve na metade do prazo previsto para a prescrição

19) Sobre o regramento dos contratos no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A liberdade contratual é a regra, sendo lícito, por exemplo, contrato que tenha por objeto a herança de pessoa viva.
- b) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- c) A lei reconhece o contrato preliminar, desde que tenha todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.
- d) A cláusula resolutiva expressa no contrato exige interpelação judicial para que tenha validade.
- e) A resolução do contrato por onerosidade excessiva é direito potestativo da parte lesada, não podendo a outra parte oferecer a modificação equitativa das condições do contrato para evitar a resolução.

20) No que concerne às sociedades limitadas, assinale a alternativa correta:

- a) Como o próprio vocábulo sugere, a sociedade limitada é necessariamente formada por mais de um sócio.
- b) A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- c) A sociedade limitada deve necessariamente ter administração por pessoa que integre o quadro de sócios.
- d) O sócio que possua mais de 2/3 (dois terços) do capital social não poderá ser excluído da sociedade pelos demais sócios.
- e) O uso da firma ou denominação social é livre a todos os sócios e administradores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Representa hipótese de competência relativa:

- a) a competência originária do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Procurador Geral do Estado.
- b) a competência fixada por cláusula contratual de eleição de foro.
- c) a competência dos juizados fazendários para causas com valor de até 60 (sessenta) salários-mínimos.
- d) a competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar causas e conflitos entre a União e Estado da Federação.
- e) a competência do foro de situação do imóvel para discussão sobre direito de propriedade.

22) Sobre o princípio do acesso à justiça, assinale a resposta correta:

- a) a garantia de inafastabilidade da jurisdição não impede a submissão de controvérsia à arbitragem, observados os requisitos previstos em lei, mas a decisão do juízo arbitral fica necessariamente condicionada à homologação e à supervisão judicial, sob pena de violação ao acesso à justiça.
- b) a solução consensual dos conflitos deve ser estimulada, mas o juiz de direito deve obrigatoriamente atuar nas causas como mediador ou conciliador, para que não haja ofensa ao acesso à justiça.
- c) diante da garantia de inafastabilidade de jurisdição, o interessado que preenche os requisitos para aposentadoria pode, validamente, ingressar diretamente em juízo para postular o benefício, sendo desnecessário prévio requerimento perante o órgão administrativo competente.
- d) a garantia do acesso à justiça impõe a gratuidade em todos os atos jurisdicionais e em favor de todos os jurisdicionados, vedando peremptoriamente a cobrança de taxa ou de custas.
- e) a amplitude da garantia do acesso à justiça não impede a penalização do autor que atue de má-fé.

23) Sobre os elementos da ação, assinale a alternativa correta:

- a) é opcional o desenvolvimento da causa de pedir na petição inicial, bastando o pedido para provocar validamente a jurisdição.
- b) são admissíveis no processo civil os pedidos subsidiários ou alternativos.
- c) o autor pode alterar o pedido ou a causa de pedir a qualquer tempo, sem necessidade de aquiescência da parte contrária.
- d) a realização de pedido determinado é sempre uma opção do autor em sua petição inicial.
- e) não é possível o juiz condenar o réu ao pagamento de juros, caso o autor não formule pedido expresso nesse sentido na petição inicial.

24) Caio intentou, em face de Tício, ação indenizatória por danos morais e materiais. Prolatada sentença pelo juízo competente, o pedido foi julgado parcialmente procedente, concedendo a reparação apenas dos prejuízos materiais. Apenas Tício recorreu, postulando a reforma da decisão, para que houvesse integral improcedência da pretensão autoral. Nesse cenário, a Câmara Cível do Tribunal, ao julgar ao caso:

- a) não pode promover rejuízo da questão relativa aos danos morais, eis que a questão se encontra preclusa e submetida aos efeitos da coisa julgada material.
- b) pode reformar a sentença contra Tício para conceder também os danos morais em favor de Caio, considerando a amplitude do efeito devolutivo da apelação.
- c) pode reformar a sentença contra Tício para conceder também os danos morais em favor de Caio, uma vez que se trata de questão de ordem pública.
- d) caso rejeite o recurso, não pode majorar os honorários devidos por Tício, considerando o princípio da vedação ao *reformatio in pejus*.
- e) pode reformar a sentença contra Tício para conceder também os danos morais em favor de Caio, desde que Caio se manifeste formulando tal pedido a qualquer tempo até o início do julgamento colegiado.

25) Sobre o regime das nulidades no processo civil, marque a alternativa correta:

- a) não ouvido o Ministério Público em feito que deveria intervir, a nulidade há de ser declarada, com a invalidade de todos os atos praticados a partir do momento em que a promotoria de justiça deveria ter sido intimada, sendo irrelevante a existência ou não de prejuízo.
- b) os atos decisórios praticados pelo juízo incompetente não podem ser convalidados pelo magistrado com atribuição para a causa.
- c) para a validade de comunicação processual ao Estado, necessário que se faça, à Procuradoria Geral do Estado, intimação pessoal por carga, remessa ou meio eletrônico.
- d) a citação é necessariamente pessoal, sendo nula qualquer hipótese de citação ficta, ainda que nos casos de ocultação do réu ou de sua não localização.
- e) considerando a importância da forma para o Direito Processual, não é possível a correção ou a relevação de nulidades no curso do processo.

26) Em razão de suposta prescrição, o juízo da dívida ativa extinguiu execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro. Reputando equivocada a sentença, o Estado interpôs apelação, no 18º dia útil após sua regular intimação. Sobre a situação narrada, pode-se afirmar:

- a) o recurso é tempestivo, considerando a prerrogativa de prazo em dobro da Fazenda, e deve ser regularmente processado e julgado.
- b) o recurso é intempestivo, dado que o CPC estabelece prazo único e universal de 15 dias para todos os recursos, e não deve ser conhecido.
- c) o recurso é intempestivo, considerado o prazo específico de 15 dias para apelação, aplicável a todos os litigantes, sem distinção, de modo que não deve ser admitido.
- d) o recurso é intempestivo, contudo, considerando-se a indisponibilidade do interesse público, deve ser conhecido porque o prazo para apelação do Estado é impróprio.
- e) o recurso é tempestivo, todavia, para ser conhecido, imprescindível que o Estado realize o pagamento do preparo recursal.

27) Quanto às condições da ação e suas aplicações, analise e marque a alternativa correta:

- a) falecido o impetrante, mesmo em grau recursal, fica extinto o mandado de segurança sem julgamento do mérito, não havendo legitimidade para sua sucessão processual.
- b) nos casos em que a lei faculta a via extrajudicial, como na usucapião, não há interesse de agir para ingressar em juízo.
- c) se não arguida a ilegitimidade ou a falta de interesse na contestação, considera-se a matéria preclusa, não podendo mais ser debatida no curso do processo.
- d) havendo interesse de agir no momento da propositura da ação, não pode haver sua perda por fato superveniente.
- e) a representação processual autoriza que o representante pleiteie direito alheio em nome próprio.

28) Sobre as modalidades de intervenção de terceiros, é incorreto afirmar que:

- a) o regime de assistência previsto no CPC pressupõe a demonstração, pelo assistente, de interesse jurídico para intervir na controvérsia, não bastando a existência de mero interesse afetivo, econômico ou social.
- b) cabe a denunciação da lide em face daquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- c) ajuizada a ação em face de apenas um de diversos devedores solidários, o réu pode se valer do chamamento ao processo para que os demais devedores venham a integrar a relação processual.
- d) o incidente de descon sideração da personalidade jurídica deve ser suscitado até o fim da fase de conhecimento, sob pena de preclusão.
- e) o ingresso de *amicus curiae* não implica alteração de competência do juízo.

29) Sobre os recursos no processo civil, analise as seguintes proposições, marcando a alternativa correta:

- a) como regra, o recurso não impede a eficácia da decisão, sendo que apenas a lei pode lhe conferir efeito suspensivo, vedada concessão por decisão judicial.
- b) a parte que faz o pagamento do valor da condenação, sem qualquer reserva ou ressalva, não pode validamente interpor recurso contra a decisão condenatória, havendo fato impeditivo do direito de recorrer.
- c) a renúncia ou a desistência de recorrer dependem, necessariamente, da concordância da parte recorrida.
- d) admite-se a interposição de qualquer recurso na modalidade adesiva.
- e) o recurso é um ato de vontade da parte, todavia, uma vez exercido, deve-se impugnar a decisão recorrida no todo, vedado o recurso parcial.

30) Acerca do princípio do contraditório e suas aplicações, assinale a opção correta:

- a) constatada a prescrição, o Juiz pode, de imediato, extinguir o processo, sem necessidade de intimação para a oitiva das partes, vez que se trata de questão que pode ser conhecida de ofício.
- b) recebido o recurso, o Desembargador Relator pode, monocraticamente, à sua discricionariedade, dar provimento a Agravo de Instrumento, sem abertura de prazo de contrarrazões ao Agravado.
- c) mesmo nos casos de tutela provisória de urgência ou de evidência, o magistrado não pode deferir medida em favor de uma das partes sem a prévia oitiva da outra, já que tal prática representaria uma insustentável violação ao contraditório.
- d) a garantia do contraditório se exaure na possibilidade de as partes apresentarem suas razões em juízo, sendo totalmente irrelevante para fins de validade do processo e da decisão judicial que elas sejam, ou não, apreciadas pelo magistrado.
- e) ainda que se trate de questão que possa ser conhecida de ofício, o juiz deve dar às partes a oportunidade de se manifestar antes de decidir sobre a matéria.